

# Sumário

## CAPÍTULO I

### DEMOCRACIA E SEUS AVANÇOS

#### **1. A Constituinte pós-ditadura – José Afonso da Silva**

1. Constituição e constitucionalismo
2. Expansão do constitucionalismo
3. Crise e situação constituinte
4. Comissão de Estudos Constitucionais
5. A dinâmica do processo: confronto entre conservadores e progressistas
6. Montagem do xadrez
7. A estrutura do tabuleiro – A engrenagem
8. As crises. O “Centrão”
9. Procedimento constituinte e justiça do resultado
10. Situação da Constituição de 1988 no constitucionalismo brasileiro
11. Conclusão

Referências

#### **2. A transição democrática no Brasil – José Sarney**

1. Introdução
2. Perspectiva histórica
3. Antecedentes de 1985
4. A tragédia de Tancredo Neves
5. Os mandamentos da governabilidade
6. A transição democrática brasileira
7. A Assembleia Nacional Constituinte
8. A Constituição de 1988
9. Conclusão

Referências

#### **3. O neoliberalismo na Constituinte de 1987 – Henderson Fürst e Layli Oliveira Rosado**

1. Introdução
2. As ideias neoliberais e o mundo da década de 1970
3. Um neoliberalismo tardio: o Brasil da década de 1980

4. Aspectos neoliberais da Constituinte de 1987
  5. O neoliberalismo na Constituição de 1988
    - 5.1 Direitos fundamentais na Constituição de 1988
      - 5.1.1 Conceito e função
    - 5.2 Liberdade
      - 5.2.1 Liberdade de consciência e de crença
      - 5.2.2 Liberdade artística, científica e de expressão
      - 5.2.3 Liberdade, inocência e pena
    - 5.3 Propriedade
  6. Conclusão
- Referências

#### **4. A Constituinte no divã – *Miro Teixeira***

1. Introdução
  2. Trilhos anacrônicos
  3. O palanque no plenário
  4. Cruzado na eleição
  5. Gangorra do sistema
  6. Revisão de oportunidade
  7. O grito de Ulysses
  8. Derrota anunciada
  9. Fora do prédio
  10. A esquerda perde e ganha
  11. Revisão à vista
  12. Começa a revisão
  13. Insegurança
  14. Retalhos
- Referências

#### **5. O Centrão na Constituinte de 1987 – *Gastone Righi***

- 6. Participação popular, inovação promissora da Constituinte de 1987-1988 e os tempos atuais – *Francisco Whitaker Ferreira***
  1. A alegria da participação política popular
  2. A participação popular na Constituinte como resultado de longas lutas sociais
  3. A participação popular na pressão pela Constituinte

4. A participação popular na preparação dos trabalhos e na definição do caráter da Constituinte
5. A luta pela participação popular na elaboração da Constituição
6. A participação popular no pós-Constituinte
7. Palavras finais – do entusiasmo à frustração e à desesperança?

**7. O papel da OAB no constitucionalismo democrático – *Claudio Lamachia***

1. Introdução
2. A OAB na gestação da Constituinte
3. A criação de espaços para o debate dentro da OAB
4. As demandas da OAB
5. A Constituinte exclusiva
6. O novo papel da OAB
7. Considerações finais

Referências

**8. Democracia e economia – *Antonio Delfim Netto***

1. Introdução
2. A desigualdade
3. O poder
4. A sociedade civilizada
5. A democracia e a economia
6. Referências

**9. O Estado Democrático de Direito e a harmonia e independência dos poderes – *Ives Gandra da Silva Martins***

## CAPÍTULO II

### A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

**1. O Poder Legislativo – *Eunício Oliveira***

**2. Pacto federativo – *Rodrigo Maia***

1. Mapeando o problema do federalismo no Brasil contemporâneo
2. Um modelo subaproveitado: desenho constitucional da forma federativa de Estado na Constituição de 1988
3. O federalismo brasileiro e o dilema fiscal
4. Um pacto federativo para o desenvolvimento nacional: os próximos trinta anos

Referências

**3. O Poder Judiciário através da história: antes e depois da Constituição Federal de 1988 – José Antonio Dias Toffoli**

1. Introdução
2. O Poder Judiciário no Brasil
3. O Poder Judiciário na Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988
4. O Poder Judiciário pós-Constituição de 1988
5. O Poder Judiciário nos 30 anos da Constituição Cidadã: desafios e perspectivas
6. Referências

**4. Cortes constitucionais e democracia: o Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988 – Luiz Fux**

1. Introdução
  2. As cortes constitucionais e o constitucionalismo global
  3. A experiência brasileira: o Supremo Tribunal Federal e a guarda da Constituição de 1988
  4. Os limites do Poder Judicial: diálogos entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade
  5. Conclusão
- Referências

**5. O Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal – João Otávio de Noronha**

1. Introdução
2. Histórico
3. Poder Judiciário no Brasil – breve histórico
4. O Poder Judiciário – independência e autonomia
5. O Superior Tribunal de Justiça no cenário político contemporâneo
6. Paralelo entre a função jurisdicional e a função administrativa
7. Conselho da Justiça Federal
8. Estrutura do CJF
9. Referências

**6. A Constituição de 1988 e a evolução da Justiça do Trabalho – João Batista Brito Pereira**

1. Preâmbulo
2. A Justiça do Trabalho nas Constituições brasileiras
3. A Constituição de 1988 e a Justiça do Trabalho
4. A Reforma Trabalhista – Lei 13.467/2017

5. Conclusão

**7. A Advocacia Pública na Constituição de 1988 – Elival da Silva Ramos**

1. A CF de 1988, seus avanços e vicissitudes
2. Instituições essenciais à justiça
3. Advocacia em geral
4. Advocacia Pública
  - 4.1 Princípios de organização
  - 4.2 Advocacia da União
  - 4.3 Advocacia dos estados e do Distrito Federal
  - 4.4 Advocacia dos municípios
  - 4.5 Advocacia da administração descentralizada
5. Advocacia Pública e Ministério Público
6. Advocacia Pública e Defensoria Pública
7. Balanço e análise prospectiva

Referências

**8. Uma saudação balzaquiana para a Constituição brasileira – Técio Lins e Silva**

1. Introdução
2. A “subversão” do Estado Democrático brasileiro e o papel da advocacia criminal
3. Advogar *sem habeas corpus*. O impacto dos atos institucionais
4. Advogar *quase sem habeas corpus*. O impacto da decisão do STF nos dias atuais
5. Os dias atuais. A sanha punitiva da vez
6. Advogar é resistir!
7. Referências

**9. As forças armadas e a Constituição Federal – Sergio Westphalen Etchegoyen**

1. Introdução
2. Princípios e valores das forças armadas
3. Constituição Federal de 1988 e as forças armadas
4. A evolução do sistema de defesa na vigência da Constituição Federal de 1988
5. Emprego constitucional das forças armadas
6. Conclusão

**10. Integração na área da segurança pública: o grande desafio constitucional – Alexandre de Moraes**

1. Introdução

2. Necessidade de integração operacional e de inteligências
3. Competência legislativa federal e segurança pública
4. Competências delegada e concorrente dos Estados-membros e segurança pública
5. Conclusão

Referências

#### **11. A evolução do controle externo e o Tribunal de Contas da União nos 30 anos da Constituição Federal de 1988 – *Bruno Dantas e Frederico Dias***

1. Introdução
2. A Constituição Federal de 1988 e o papel do controle para o aprimoramento das instituições
3. A evolução do controle externo nos trinta anos da Constituição Cidadã
4. Perspectivas e desafios para o controle da Administração Pública
5. Referências

#### **12. A política externa brasileira e o art. 4.º da Constituição Federal de 1988 – *Mauro Vieira, Patrick Luna, Fernando Antônio W. Cavalcanti Júnior e Luiz Feldman***

1. Introdução: as diretrizes de política externa nas Constituições brasileiras entre 1842 e 1967
2. A Constituição Federal de 1988 e o art. 4.º: os princípios constitucionais de atuação internacional do Brasil
  - 2.1 Alcance e sentido do art. 4.º enquanto norma constitucional programática
  - 2.2 Independência nacional e igualdade entre os Estados
  - 2.3 Prevalência dos Direitos Humanos
  - 2.4 Autodeterminação dos povos
  - 2.5 Não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos
  - 2.6 Repúdio ao terrorismo e ao racismo
  - 2.7 Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
  - 2.8 Concessão de asilo político
  - 2.9 Integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina
3. Conclusão

#### **13. Partidos políticos – *Tarcisio Vieira de Carvalho Neto***

1. Quem está em crise: a democracia, a democracia representativa ou os partidos políticos?
2. De onde vêm os partidos políticos?
3. Qual é a natureza jurídica dos partidos políticos?

4. Reflexos relevantes ligados à conformação atual dos partidos políticos
5. Os partidos políticos seguem sendo indispensáveis?

Referências

## CAPÍTULO III

### JUSTIÇA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA EVOLUÇÃO

- 1. O papel constitucional do Supremo Tribunal Federal na consolidação das liberdades fundamentais – *José Celso de Mello Filho***
  1. O significado da defesa da Constituição
  2. O Supremo Tribunal Federal, em tema de interpretação constitucional, quando, no desempenho de sua atividade jurisdicional, tem o monopólio da última palavra, notadamente em sede de controle normativo abstrato
  3. A identidade de gênero como aspecto básico da autodeterminação, dignidade e liberdade das pessoas
  4. A busca da felicidade: um direito fundamental que assiste a qualquer pessoa
- 2. A interpretação da Constituição Federal pelo Supremo nos 30 anos de vigência da Carta de 1988: a concretização dos direitos fundamentais e a influência do Judiciário na cultura brasileira recente – *Marco Aurélio Mello***
  1. Introdução
  2. O espírito da Carta de 1988: a consagração dos direitos fundamentais
  3. O Judiciário na determinação da juridicidade de uma cultura
  4. Conclusão
- 3. A tutela do princípio da igualdade no Supremo Tribunal Federal – A constitucionalidade das políticas de cotas raciais e o reconhecimento da união estável homoafetiva – *Gilmar Ferreira Mendes***
  1. O conteúdo do princípio da igualdade – Breves considerações
  2. ADPF 186 – A Constitucionalidade da política de cotas na Universidade de Brasília
  3. ADPF 132 e ADI 4.277 – O reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo
  4. Conclusão
  5. Referências
- 4. A colaboração premiada em face do princípio da separação dos poderes – *Ricardo Lewandowski***
- 5. Trinta anos da Constituição Coragem: caminho de afirmação dos direitos fundamentais do cidadão trabalhador – *Rosa Weber***
  1. Constituição Cidadã: dimensão social e humanística da estrutura normativa da Constituição Federal de 1988. Trinta anos de história

2. “Constituição Caramujo”: a proteção da relação de trabalho e de emprego
3. Constituição Esperança: direitos fundamentais do trabalho na Constituição de 1988
4. Considerações finais

Referências

## **6. Trinta anos da Constituição: a república que ainda não foi – *Luís Roberto Barroso***

### I. INTRODUÇÃO

1. A comemoração dos dez anos
2. A comemoração dos vinte anos
3. A Constituição de trinta anos

### II. MINHA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO

### III. ALGUNS PONTOS ALTOS

1. Estabilidade institucional
2. Estabilidade monetária
3. Inclusão social

### IV. O DESTAQUE MAIOR: O AVANÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

### V. OS PONTOS FRACOS DESSES 30 ANOS

1. O sistema político
2. A corrupção sistêmica

### VI. Conclusão

## **7. Direito comum da humanidade – *Luiz Edson Fachin e Roberto Dalledone Machado Filho***

1. Palavras de princípio
2. O desenvolvimento e os limites do conceito de direitos de solidariedade
3. A recepção dos direitos de solidariedade no Brasil
4. Dos direitos de solidariedade ao direito comum a toda a humanidade
5. A dimensão internacional dos direitos fundamentais
6. Clausura: palavras de encerramento

Referências

## **8. Como modernizar a Constituição? – *Eros Roberto Grau***

## **9. Direitos sociais e sua “evolução judicial” nos 30 anos da Constituição do Brasil – *André Ramos Tavares***

1. Os direitos sociais na efeméride da promulgação constitucional: descolamento do elemento da pauta econômica



2. A situação concreta de direitos sociais básicos no Brasil
3. *Flashes* da atuação (social) do Poder Judiciário nos 30 anos de Constituição
4. As críticas doutrinárias à realização judicial dos direitos sociais
5. A defesa, realização e evolução dos direitos sociais como funcionalidade do Poder Judiciário no Brasil
  - 5.1. A inconsistência das propostas pela *self restraint*
6. O juiz constitucional no Estado Liberal e no Estado Social
7. Em busca do desenvolvimento socioeconômico
8. Conclusões

Referências

**10. A Constituição de 1988 e o Direito Administrativo: histórias de uma relação dialética entre avanços e retrocessos – Floriano de Azevedo Marques Neto e Rafael Vêras de Freitas**

1. Introdução
2. A história do Direito Administrativo nas Constituições – entre o arbítrio expresso e o velado
3. Nem só de avanços é feita uma Constituição: retrocessos da CRFB para o Direito Administrativo
4. Dos avanços trazidos pela CRFB de 1988 para o Direito Administrativo
5. Conclusões

Referências

**11. Direitos sociais, mínimo existencial e o núcleo essencial dos direitos fundamentais – algumas aproximações – Ingo Wolfgang Sarlet**

1. Notas preliminares
2. O mínimo existencial como direito e garantia fundamental
3. O mínimo existencial e sua relação com o assim chamado núcleo essencial dos direitos (sociais) fundamentais
4. Considerações finais

**12. Recurso extraordinário em recurso especial: conformação jurisprudencial do tema nos quase 30 anos de vigência da Constituição de 1988 – Antônio Nabor A. Bulhões**

**13. Direitos fundamentais e direitos da personalidade – Otávio Luiz Rodrigues Junior**

1. Origens e conceito dos direitos da personalidade
2. Direitos da personalidade e direitos fundamentais: o (pseudo)problema do direito geral da personalidade
3. Direitos da personalidade e dignidade humana

4. Direitos da personalidade em espécie
  - 4.1 Direito ao próprio corpo e à integridade física
    - 4.1.1 Direito ao próprio corpo: núcleo essencial
    - 4.1.2 Direito à integridade física
    - 4.1.3 Limitações ao direito ao próprio corpo, os órgãos humanos e a questão do cadáver
  - 4.2 Direito às partes separadas do corpo
  - 4.3 Direito ao nome
  - 4.4 Direito à imagem
  - 4.6 Direito à privacidade e direito à intimidade

#### 5. Conclusões

#### Referências

### **14. Instrumentos democráticos ambientais e inovações da jurisprudência ambiental na vigência da Constituição de 1988 – *Paulo Affonso Leme Machado***

#### I. INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS AMBIENTAIS

1. Democracia e meio ambiente – introdução
2. Um novo tempo democrático no Brasil e o meio ambiente
3. O meio ambiente como bem de uso comum do povo
4. Direito à informação
  - 4.1 Direito à informação na Constituição de 1988
  - 4.2 Direito à informação e meio ambiente
5. Estudo prévio de impacto ambiental
  - 5.1 O caráter prévio do estudo de impacto
  - 5.2 A exigência do estudo de impacto
  - 5.3 O estudo de impacto e direito à informação
6. Direito ao processo: ação popular ambiental e ação civil pública ambiental
  - 6.1 Ação popular ambiental na Constituição
  - 6.2 Ação civil pública ambiental na Constituição e na Lei 7.347/1985

#### II. INOVAÇÕES DA JURISPRUDÊNCIA AMBIENTAL NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. A proteção das águas e a derivação do Rio São Francisco
2. O nexo causal na responsabilidade civil ambiental – caso do Navio Vicuña
3. Proibição da exploração do amianto crisotila

#### Referências

### **15. A terceira margem da liberdade – *Richard Pae Kim***

1. Introdução
2. A liberdade negativa e positiva sob o ponto de vista filosófico e político numa sociedade republicana
3. Liberdade como direito fundamental de primeira dimensão e a teoria do *status*
4. Limites às restrições às liberdades: a aplicação da teoria externa no processo hermenêutico
5. Sobre a liberdade com responsabilidade e alguns “nós górdios”
  - 5.1 O primeiro nó górdio: como garantir as liberdades quando passamos a ter no país crises de representatividade e de legitimidade?
  - 5.2 O segundo nó górdio: o desconhecimento das restrições e o terrorismo moral
  - 5.3 O terceiro nó górdio: como exigir o exercício da liberdade com responsabilidade?

Considerações finais

Referências

#### **16. Direitos econômicos fundamentais – *Tercio Sampaio Ferraz Junior***

1. Direitos *humanos e homo oeconomicus*
2. O mundo econômico capitalista
3. A sociedade de consumo
4. Ordem econômica: antecedentes
5. Direitos econômicos fundamentais na Constituição Federal de 1988
  - 5.1 Livre-iniciativa e valorização do trabalho humano
  - 5.2 Livre-iniciativa: perfil constitucional
  - 5.3 Isonomia: igualdade de chances concorrenciais
  - 5.4 Propriedade privada e direito ao lucro
  - 5.5 Função social da propriedade e o direito do consumidor

Conclusão

Referências

## **CAPÍTULO IV**

### **RELATOS E REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

- 1. A Constituinte de 1988 – *Michel Temer***
- 2. Assembleia Nacional Constituinte – *Arnaldo Faria de Sá***
- 3. Os 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – *José Bernardo Cabral***

4. Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 – *Bonifácio de Andrada*
5. A Constituição de 1988 – *Francisco Dornelles*
6. Uma necessária lipoaspiração – *Guilherme Afif Domingos*
7. A necessária reforma constitucional – *Ibrahim Abi-Ackel*
8. Dr. Ulysses Guimarães – *Marco Aurélio Costa*